

O trabalho na universidade e o bem comum: a mercantilização da pesquisa e a governança digital

Work at the University and the Common Good: The Commodification of
Research and Digital Governance

El trabajo en la universidad y el bien común: la mercantilización de la
investigación y la gobernanza digital

Maximiliano Valerio Lopez  

Resumo

No que segue, discutiremos o sentido do trabalho universitário na atualidade, especialmente no que diz respeito à concepção dominante acerca da pesquisa e à docência no ensino superior. Nossa hipótese é que a compreensão do sentido da docência e a pesquisa universitária se produz hoje, no interior de um horizonte conceitual determinado pela *mercantilização do conhecimento*; a *gestão meritocrática* (alocação de recursos em troca de produtividade), e a *governança digital*, o que, contrário ao esperado, acaba resultando na degradação qualitativa do sistema. Analisaremos a concepção tradicional da universidade como uma instituição pública, livre e autônoma, voltada para a proteção do saber como um bem comum, indivisível e inapropriável. Para isso, consideraremos o trabalho docente tanto sob o modelo de trabalho estatutário quanto sob o regime de função pública. Colocaremos em discussão o conceito de *justiça distributiva*, que tem servido como base de boa parte das discussões contemporâneas sobre o direito à educação superior e o caráter público da universidade. Por último, consideraremos as transformações ocorridas no interior da sociedade de mercado a partir da década de 1980, e como estas transformações afetaram a universidade, colocando-a em conflito com a sua própria tradição e, em especial, com seu caráter público.

Palavras-chave: Universidade; docência; pesquisa; mercantilização, meritocracia, governança digital.

Abstract

We will now discuss the meaning of university work today, especially about the dominant conception of research and teaching in higher education. Our hypothesis is that the understanding of the meaning of university teaching and research occurs today within a conceptual horizon determined by the commodification of knowledge; meritocratic management (allocation of resources in exchange for productivity), and digital governance, which, contrary to expectations, ends up resulting in the qualitative degradation of the system. We will analyze the traditional conception of the university as a public, free and autonomous institution, oriented to safeguard knowledge as an indivisible and inappropriable common good and teaching work as a task developed under the models of statutory work and public service. We will discuss the concept of distributive justice, which has served as the basis for much of the contemporary discussion on the right to higher education and the public nature of the university. Finally, we will consider the transformations that took place in market society since the 1980s and how these transformations affected the university, placing it in conflict with its own tradition and with its public character.

Keywords: University; teaching; search; commodification, meritocracy, digital governance.

Resumen

A continuación, discutiremos el significado del trabajo universitario hoy, especialmente en lo que respecta a la concepción dominante de investigación y enseñanza en la educación superior. Nuestra hipótesis es que la comprensión del significado de la docencia y de la investigación universitaria se produce hoy dentro de un horizonte conceptual determinado por la mercantilización del conocimiento; la gestión meritocrática (asignación de recursos a cambio de productividad), y la gobernanza digital, que,

contrariamente a lo esperado, termina resultando en la degradación cualitativa del sistema. Analizaremos la concepción tradicional de la universidad como institución pública, gratuita y autónoma, orientada a salvaguardar el conocimiento como bien común indivisible e inapropiable y la labor docente como una labor desarrollada bajo los modelos de trabajo estatutario y de servicio público. Discutiremos el concepto de justicia distributiva, que ha servido como base de gran parte de la discusión contemporánea sobre el derecho a la educación superior y la naturaleza pública de la universidad. Finalmente, consideraremos las transformaciones que tuvieron lugar en la sociedad de mercado a partir de los años 1980 y cómo dichas transformaciones afectaron a la universidad, colocándola en conflicto con su propia tradición y, en particular, con su carácter público.

Palabras clave: Universidad; docencia; investigación; mercantilización, meritocracia, gobernanza digital.

Introdução

As palavras são sempre importantes, porque não só descrevem uma realidade preexistente, mas também determinam seu modo de existência, dão forma, valor e sentido ao real. Não é que a realidade seja feita de palavras, claro que não; a realidade existe por si própria, do contrário não seria uma realidade. Quando as palavras não encontram o mundo, são apenas uma pura possibilidade do espírito, mas uma possibilidade sem a força e o brilho do real. Em contrapartida, quando o mundo não é colocado em palavras ele é pura realidade, mas carece de sentido. Os seres humanos precisam que o mundo seja real e, ao mesmo tempo, faça sentido. Porém, há sentidos melhores do que outros: existem palavras verdadeiras, e, no entanto, mesquinhas. Muitas palavras podem dizer sobre o real, mas nem todas fazem justiça ao mundo, nem todas fazem do mundo um lugar belo e habitável. O problema das palavras, ao menos no âmbito das humanidades, não é só a verdade em sentido apofântico, ou seja, a sua capacidade de descrever o real, mas também sua dignidade, isto é, sua capacidade de criar sentidos que façam com que o mundo possa se tornar humanamente habitável. O que segue é um exercício de reflexão em torno das palavras que nomeiam o trabalho universitário e, por tanto, o início de uma reflexão acerca do que estamos fazendo hoje na universidade, de sua dignidade e seu sentido.

Começemos por duas palavras fundamentais no trabalho universitário: docência e pesquisa. Ambas estão intimamente ligadas e constituem o âmago do fazer universitário. Nas últimas duas décadas, o investimento em pesquisa no Brasil tem aumentado, e seria lógico esperar que o fortalecimento da pesquisa resultasse em uma melhoria da docência universitária, mas é aqui que aparece o problema do sentido das palavras e sua dignidade. O que entendemos hoje por fortalecimento da pesquisa e o que entendemos por melhoramento do ensino universitário? Antes de estabelecer indicadores, definir universos e discutir a metodologia empregada na produção e interpretação dos dados, isto é, antes de nos ocuparmos da veracidade dos fatos, proponho nos determos um momento na questão do sentido — o sentido da pesquisa e do ensino na universidade pública contemporânea.

A tese que gostaríamos de colocar em discussão é a seguinte: o fortalecimento da pesquisa (seu crescimento), longe de melhorar o ensino universitário, o está deteriorando. Tal deterioração não está relacionada diretamente com a quantidade nem com a qualidade da pesquisa, tampouco com a relevância ou irrelevância dos assuntos pesquisados, quer dizer, o problema não está na pesquisa em si, no seu conteúdo, mas na maneira em que

ela é concebida e, conseqüentemente, gerida. Nas atuais condições, o suposto fortalecimento da pesquisa, está associado a três princípios que, na nossa análise, acabam degradando o fazer universitário como um todo. Estes princípios são:

1. A **mercantilização do conhecimento**, isto é, a transformação do conhecimento numa mercadoria (uma *commodity*) e da universidade numa empresa mineradora de conhecimento.
2. A **gestão meritocrática** do sistema universitário, isto é, a transformação da universidade num mercado no qual professoras e professores são concebidos como concorrentes que disputam recursos escassos, trocando produtividade por financiamento.
3. A **governança algorítmica**, que implica a parametrização de todas as atividades acadêmicas, com o fim de transformá-las em informações processáveis algorítmicamente, permitindo assim um controle automático, centralizado e exaustivo do sistema.

Esses três princípios são certamente alheios à tradição universitária e se encontram nas antípodas do que caracteriza o serviço público enquanto tal. Tais princípios constituem uma imposição do setor econômico ou, mais precisamente, de uma ideologia economicista que faz do mercado o modelo de toda interação humana. A incorporação acrítica de tais princípios no sistema de educação superior, não só compromete o caráter público da universidade, mas gera também uma administração ineficaz e acaba degradando tanto o ensino quanto a própria pesquisa.

A natureza do trabalho universitário

Historicamente, foi o modo de conceber o conhecimento, o que deu forma, tanto à instituição universitária, quanto ao trabalho docente. Começemos por precisar o status jurídico do trabalho universitário em geral: sua natureza, seu produto e o caráter da sua retribuição financeira.

A questão já era controversa em tempos de Platão, segundo o qual, os sofistas, ao cobrar por suas lições, desqualificavam sua filosofia e desqualificavam também a si mesmos. Mas o problema só alcançou uma condição jurídica nos séculos XII e XIII com a criação das primeiras universidades medievais, quando, pela primeira vez, o trabalho científico foi objeto de uma reflexão pública e uma fundamentação jurídica¹. A universidade teve origem como um grêmio ou congregação — este é o sentido medieval da palavra *universitas* — de professores e estudantes, ou seja, uma *Universitās magistrorum et*

¹ No tocante aos aspectos jurídicos do trabalho docente na universidade me apoio no interessante estudo de Alain Supiot, apresentados na lição de clausura da cátedra Estado Social e Mundialização: análise jurídico das solidariedades (2012-2019), do Collège de France, pronunciada o 22 de maio de 2019 e publicada mais tarde em espanhol sob o título "El Trabajo no es una mercancía: contenido y sentido del trabajo en el siglo XXI". In: SUPIOT, Alain. *El Trabajo ya no es lo que era*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2022.

scholārium, formada majoritariamente por clérigos das emergentes ordens mendicantes que, ao abandonarem a vida de reclusão monástica, levaram mundo afora as técnicas e rituais intelectuais cuidadosamente preservados nos scriptoria medievais. Mas, como bem o refere Masschelein (Masschelein, 2023, p. 194), a universidade não foi apenas o resultado de uma sofisticação das Escolas Monacais ou Catedralícias, nem da retomada e atualização da antiga Academia grega, ela constituiu um tipo de instituição intelectual completamente novo. O saber perdeu seu anterior caráter sagrado e transformou-se numa questão pública e controversa. Esta nova relação com o conhecimento trouxe consigo um novo estatuto jurídico, tanto para a atividade de ensinar e aprender, quanto para o próprio conhecimento. A leitura deixou de ser um exercício espiritual desenvolvido na solidão do convento e, graças a uma série de novos recursos textuais -como a separação entre palavras, a introdução de signos prosódicos, a criação de índices e títulos ou a distinção entre maiúsculas e minúsculas- transformou-se numa atividade coletiva e pública². A figura do sábio solitário foi substituída pela do professor e seus estudantes, o que levou a que, não só os critérios de veracidade e validação do conhecimento passassem a ser objeto de uma discussão pública, como testemunha a instituição da *disputatio*, mas também que a própria atividade de conhecer e interpretar fosse realizada coletivamente a través da *lectio*, isto é, de leituras públicas.

Já os primeiros juristas medievais sabiam que o libre exercício da razão e do conhecimento não pode existir sem um marco jurídico que o proteja e garanta seu exercício. Desde finais do século XII, o direito canônico deu a universidade um caráter autónomo e se empenhou em garantir que não se implicasse a Deus na solução das disputas humanas, proibindo o recurso aos ordálios e impondo as chamadas provas racionais, cuja supremacia na tradição escolástica preanunciou o nascimento das ciências experimentais (Supiot, 2022, p. 56-57). Um dos pontos em disputa nesta nova ordem jurídica dizia respeito ao direito dos professores a cobrarem pelas suas lições. Por um lado, havia aqueles que viam a universidade como um grêmio entre outros e, assim como marceneiros ou construtores, reivindicavam o direito de cobrar pelo seu trabalho. Vale lembrar que uma das particularidades dessas novas instituições era permitir a frequência de estudiosos seculares. Por outro lado, estavam aqueles, em sua maioria clérigos pertencentes às ordens mendicantes, que entendiam o conhecimento como uma graça divina, isto é, um dom imerecido que em hipótese alguma poderia ser objeto de uma troca mercantil. Estes últimos sustentavam que *Scientia donum Dei est, unde vendi non potest* (o discernimento é uma doação de Deus e, portanto, não pode ser vendido [Mateo 10,8]). Em todo caso, o que está em disputa não é a necessidade, por todos reconhecida, de fornecer aos estudiosos um meio de vida, pois sem isso, ninguém conseguiria sustentar sua atividade. O que está em questão é se o produto da atividade de um estudioso pode ser vendido, como uma mercadoria qualquer, como se vende a mesa que faz um marceneiro ou o pão que faz o padeiro, ou se ele tem um estatuto diferente. Na disputa jurídica da época, primou

² A este respeito pode se consultar o célebre estudo de Iván Illich, *En el viñedo del texto*, onde se apresenta uma análise minuciosa das mudanças que levaram da leitura monástica à leitura escolástica, assim como suas consequências que isso acarretou para a mentalidade da época. ILLICH, Iván. *El viñedo del texto: Etología de la lectura: un comentario al "Didascalicon" de Hugo de San Víctor*. México: Fondo de cultura económica, 2002.

o entendimento de que a *scientia*, isto é, o conteúdo da atividade intelectual³, não podia ser vendido, mas o *labor* (as tarefas que constituem o *ofício* do professor), podia legitimamente receber uma retribuição. Subsiste, no entanto, o problema de saber qual é a natureza desse labor e da retribuição recebida; em outras palavras, resta saber se o dinheiro recebido é um fim em si ou é um meio para tornar possível uma atividade cujo fim se encontra, necessariamente, fora da esfera econômica.

O trabalho como mercadoria fictícia: força de trabalho

Deixemos o assunto da *scientia* para mais tarde e concentremo-nos por enquanto na questão do labor. A reivindicação dos professores medievais de uma retribuição por seu trabalho não deve ser confundida com a moderna ideia de venda de força de trabalho em troca de um salário, ou seja, com o trabalho assalariado. Trata-se, antes, de um ofício exercido sob a figura jurídica do trabalho estatutário, em que, estritamente falando, não há nada a ser vendido. Segundo mostram os estudos de Karl Polanyi (Polanyi, 2021), até a revolução industrial de finais do século XVIII, o trabalho nunca foi considerado uma mercadoria, isto é, algo que se possa comprar e vender. No mundo medieval, ao qual pertencem as primeiras universidades, o trabalho não é concebido como uma atividade genérica, mas como um ofício e, como tal, é inseparável da pessoa que o executa e do papel que ela desempenha na sociedade. Tais ofícios não são regulados pelo mercado (oferta e demanda), mas ficam sob o controle dos grêmios ou as guildas que, por meio de um estatuto, regulam completamente seu exercício. Nesta época, a atividade humana é inseparável de seu papel social: é o cultivar do labrador, o edificar do construtor, o rezar do sacerdote ou o governar do senhor, mas nunca um trabalho em geral, uma mera “força de trabalho” que possa ser comprada e vendida no mercado. No mundo medieval e no sistema mercantil que existiu na Europa entre os séculos XV e XVIII, apenas as coisas, os frutos do trabalho, eram vendidas; o próprio trabalho era uma atividade realizada e remunerada segundo um estatuto jurídico que nada tinha a ver com compra e venda. Durante a revolução industrial, o uso extensivo de máquinas fez com que os conhecimentos e as habilidades específicas do ofício fossem desagregados em gestos menores e padronizados, capazes de serem substituídos pelas máquinas. O próprio Adam Smith se refere a este fenômeno no famoso exemplo da fabricação de alfinetes:

Um homem puxa o arame, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto aguça-o, um quinto afia-lhe o topo para receber a cabeça; o fabrico da cabeça requer duas ou três operações distintas; a sua colocação é um trabalho especializado como o é também o polimento do alfinete; até mesmo a disposição dos alfinetes no papel é uma arte independente; e a importante atividade de produzir um alfinete é, deste modo, dividida em cerca de dezoito operações distintas, as quais, nalgumas fábricas, são todas executadas por operários diferentes, embora noutras um mesmo homem realize, por vezes, duas ou três dentre elas (Smith, 2014, p. 79).

³A palavra latina *Scientia* esta composta pelo verbo *scire*, com o sentido de discernir, distinguir, ser capaz de separar uma coisa de outra por meio do entendimento, daí que possa ser traduzida, tanto como saber ou conhecimento, quanto como inteligência o discernimento.

Nesse contexto, o trabalho tornou-se então uma força genérica, sem qualidade específica, capaz de ser comprada e vendida por horas, como uma mercadoria qualquer, cujo preço é o salário, um salário que varia segundo as leis da oferta e a demanda. Separada de qualquer status social específico, a força do trabalhador, medida por horas, transformou-se então em uma mercadoria, uma *commodity*, dando lugar a uma instituição até então desconhecida: o mercado de trabalho. O trabalho na indústria é, no fim das contas, sempre produto de um contrato de compra e venda de força de trabalho. No entanto, este tipo de trabalho que se compra e se vende como uma coisa é, aos olhos de Polanyi, uma “mercadoria fictícia” (Polanyi, 2021, p. 129-138), dado que só imaginariamente resulta possível separar o trabalho da pessoa que o realiza. Como afirma Simone Weil (Weil, 2010, p. 169-170), se ao entrar na fábrica deixássemos a alma pendurada em um cabide e recuperá-la intacta ao final da jornada, o pecado do capitalismo seria apenas um pecado contra o corpo, uma exploração, mas não um pecado contra a alma, uma forma de servidão. Mas a fábrica não só extenua o corpo, também esmaga a alma. A fábrica não só produz cansaço e dor, ela produz, sobretudo, pesadume e tristeza.

Existe en el trabajo manual y en general, en el trabajo de ejecución, que es el trabajo propiamente dicho, un elemento irreductible de servidumbre que ni siquiera una perfecta equidad social borraría. Este elemento surge como consecuencia del hecho de que su ejecución viene gobernada por la necesidad y no por la finalidad. Se efectúa a causa de la necesidad, no en vistas a hacer un bien, “porque hay que ganarse la vida”, como vulgarmente dicen los que pasan su existencia en él. Se aporta un esfuerzo, al término del cual, desde cualquier punto de vista, no se tendrá más de lo que ya se tiene; y, en cambio, sin este esfuerzo se perdería incluso lo poco que se tiene (Weil, 2010, p. 37).

Existir no es un fin en sí para el hombre; es solamente el soporte de todos los bienes; tanto da que sean verdaderos o falsos. Los bienes se añaden a la existencia. Cuando desaparecen, cuando la existencia ya no viene adornada por bien alguno, cuando está desnuda, no guarda ya ninguna relación con el bien e incluso es un mal. Y lo es en el momento mismo en que se sustituye a todos los bienes ausentes y se transforma en sí misma, constituyéndose la existencia en el único fin, el único objeto del deseo. El deseo del alma se encuentra, en tal caso, sujeto a un mal desnudo y sin velo. El alma se encuentra entonces presa de horror (Weil, 2010, p. 38).

Quando se vende a força de trabalho, não se vende apenas o corpo e o tempo, também se vende o próprio trabalhador. O problema não é só o roubo da mais-valia, a apropriação indevida que os donos dos meios de produção fazem do fruto do trabalho dos despossuídos, mas, sobretudo, a degradação do humano, a servidão. O verdadeiro pecado é que uma pessoa possa ser vendida. Como afirma Supiot, o único sentido estrito que se pode dar a noção de *capital humano* é o que consta no ativo dos livros contábeis dos proprietários de escravos (Supiot, 2022, p. 39).

Quando o trabalho é mercantilizado, seu sentido também muda radicalmente. Como afirma Polanyi, a mercadoria não é apenas uma coisa que se vende, ela é, antes de tudo, uma coisa feita para ser vendida. Isto significa que, quem fabrica uma mercadoria não está interessado na coisa em si, pelo menos não de um modo direto, e sim na lucratividade que sua venda possa proporcionar; em outras palavras, o sentido de uma mercadoria é o lucro que ela carrega consigo. Por essa razão, quando o trabalho é considerado uma mercadoria,

seu sentido social se esvai, sendo substituído pelo lucro. Já não se trata de transformar a natureza inóspita em um mundo habitável, nem de dar forma à matéria, realizando assim as possibilidades do espírito, nem de contribuir com o bem comum, se trata apenas de ganhar dinheiro. Nesse processo, alguma coisa se perde irremediavelmente, o sentido social da tarefa e o reconhecimento que o trabalhador experimenta ao fazer algo valioso para a comunidade. Seja na venda que o trabalhador faz, seja na sua compra por parte do industrial, o trabalho/mercadoria só existe em função do lucro. O lucro é seu princípio e sua finalidade, sua origem e sua razão de ser. A mercadoria é, no fundo, uma promessa de lucro, seu valor vem do lucro e a ele se endereça. Mas existem coisas que valem por si mesmas, como a vida, a felicidade, o bem, que não existem como meios para se obter outras coisas, elas são um fim em si e, por isso, resistem à mercantilização. Esta nobreza, constitutiva do que vale por si mesmo, transborda a própria coisa produzida e contagia a tarefa de quem a realiza. Quiçá seja por essa razão que, até hoje, gere um certo desconforto moral saber que um médico exerce a medicina com o único propósito de fazer fortuna; e temos dito “exerce” e não “vende” porque, até pouco tempo atrás, seria inconcebível tratar a atividade do médico como uma mera força de trabalho. Analisemos melhor este exemplo.

O trabalho estatutário

As profissões liberais, como é o caso da medicina, resistiram por muito tempo a sua completa transformação em mercadoria. Nem a primeira, nem a segunda revolução industrial, conseguiram despojar estas profissões de seu antigo caráter social, de tal forma que, até pouco tempo atrás, tais profissões ainda eram organizadas, como os ofícios medievais, por estatuto e não por compra e venda de força de trabalho. A diferença entre o ofício do médico e o trabalho do operário não radica apenas na complexidade da tarefa desempenhada. A compreensão tradicional que se tinha acerca das profissões liberais é semelhante àquele que evocamos em relação ao papel dos professores na universidade medieval: considera-se que o fruto do seu trabalho (a vida, a justiça, a *scientia*) não pode ser comprado nem vendido, mas que, no entanto, sua tarefa precisa ser remunerada. Nestes casos, a remuneração financeira não era entendida como a compra de um produto, mas como a compensação necessária para que aquele profissional pudesse continuar exercendo sua atividade, uma atividade que, em si mesma, não tem, nem poderia ter preço. Um sinal disso é que, tradicionalmente, o dinheiro que recebe um médico ou um advogado não se chama salário, mas honorário. A honorabilidade do honorário reside no fato de que a finalidade dessa atividade é, em sua essência, algo cuja natureza é incompatível com a mercantilização. Além disso, ela se baseia na inseparabilidade entre a tarefa realizada, o fruto dessa tarefa e a investidora de quem a executa, aspectos que não podem ser claramente distinguidos. Quando uma função social não pode ser transformada em mercadoria, seu exercício não é regulado por um contrato de compra e venda, mas por meio de um estatuto. O estatuto estabelece, não somente o valor dos honorários, mas também as condições e prerrogativas do próprio exercício da profissão, isto é, aquilo que precisa ser garantido e salvaguardado para que a atividade não seja descaracterizada.

A impossibilidade de separar a atividade realizada da investidura pessoal de quem a executa, atinge sua forma mais emblemática na figura do juiz. Um juiz não vende sua força de trabalho, muito menos, suas sentenças. Ele não é uma pessoa qualquer que, de segunda a sexta, trabalha como juiz. Ser juiz implica assumir uma investidura cuja atividade é inseparável desta condição e de uma certa forma de vida a ela associada; em outras palavras, não se trabalha como juiz, se é um juiz. Um juiz não pode, por exemplo, divulgar suas opções políticas ou se pronunciar levianamente acerca de polêmicas triviais, pois estas ações comprometeriam a eficácia de seu cargo. Na sua vida pessoal precisa ser sóbrio e discreto, sua investidura é inseparável de uma certa forma de conduzir sua própria vida pessoal. O exemplo do Juiz é duplo, porque ele não é só um profissional liberal, um advogado, mas ele é, sobretudo, um funcionário público.

A função pública, o *bem comum* e a justiça social

A função pública é outra das figuras jurídicas do trabalho, cujo estatuto resistiu por quase dois séculos à ficção do trabalho mercadoria. A função pública se define e organiza em torno do *bem comum*, o qual se encontra nas antípodas da mercadoria. O *bem comum* não é algo que possa ser possuído, como se possui uma casa ou um carro, nem que possa trocar de proprietário por meio da sua compra ou venda. O *bem comum* não se pode conseguir pela adição dos bens privados, nem pela sua repartição equânime. O *bem comum* não é a somatória da prosperidade individual, ele é um bem de outra natureza. Nem a noção de *propriedade privada*, sem a qual a ideia de mercadoria careceria de sentido, nem a de *lucro individual* na qual se sustenta, nem sequer a de *direito social*, quando esta é entendida do ponto de vista da promoção social dos indivíduos, pode dar conta do *bem comum*. O *bem comum* só é comum enquanto se mantém como um bem indivisível e inapropriável. O mundo comum é o único bem ao que podemos chamar público, em sentido próprio, o único e verdadeiro *ecúmeno* [do grego *oikouménē* (*oíkouménē*)], o lugar-comum, a terra habitada. Este bem não pode ser dividido e repartido entre os privados, mas apenas habitado comunitariamente. A única justiça possível que se pode fazer a seu respeito, a única e verdadeira “justiça social”, não passa pela repartição equitativa do comum entre os privados (justiça distributiva), mas pela possibilidade de habitá-lo em comum, mantendo-o como comum, sem o dividir, nem o repartir.

Num pequeno texto de Walter Benjamin, de 1916, citado por Giorgio Agamben a propósito do problema do inapropriável, intitulado “Apontamentos para um trabalho sobre a categoria de justiça”, se estabelece uma estreita conexão entre a ideia de justiça e a de inapropriabilidade. Benjamin escreve:

O caráter de propriedade compete a todo bem limitado na ordem espaço-temporal como expressão de sua caducidade. A propriedade, enquanto presa na sua própria finitude, é, com tudo, sempre injusta. Por isso, nenhuma ordem de propriedade, independentemente de como se queira concebê-la, pode levar à justiça. Esta consiste acima de tudo na condição de um bem que não pode ser apropriado (Benjamin *apud* Agamben, 2017, p. 104).

A justiça, continua Benjamin, nada tem a ver com a repartição dos bens segundo a necessidade dos indivíduos, porque a pretensão do bem por parte do sujeito não se fundamenta sobre a necessidade, mas sobre a justiça, e, como tal, dirige-se não “a um direito de propriedade da pessoa, mas a um direito-ao-bem do bem” (Agamben, 2017, p. 104).

Não se trata de repartir o bem comum entre os indivíduos, como se fosse um bem finito; trata-se, antes, de manter aberto o acesso ao mundo comum, preservando-o em sua condição de ser compartilhado. É precisamente esse acesso ao bem enquanto tal o que é lesado pela injustiça. Nesse sentido, conclui Benjamin, a justiça pode ser definida como “o esforço por fazer do mundo o bem supremo” (Benjamin, apud. Agamben, 2017, p. 104).

Nos anos de pós-guerra em que chegou a vigorar o *estado de bem-estar social*, conhecemos algumas instituições públicas caracterizadas pelo que poderíamos denominar “um uso não apropriativo do bem comum”: piscinas públicas, quadras de futebol, campings e ginásios municipais, escolas de férias e bibliotecas. Estas instituições não seguiam uma lógica compensatória (princípio de assistência), não eram destinadas a pessoas sem recursos que não podiam pagá-las, eram, simplesmente, para todos (princípio de universalidade). Quiçá, a mais emblemática delas seja a biblioteca pública. Numa biblioteca pública a cultura se encontra disponível para todos os cidadãos, independentemente de sua condição econômica, étnica, religiosa, da sua idade, gênero, preferência políticas ou seu nível de escolaridade; na biblioteca podem ler: uma criança, um estudante de ensino médio, um aposentado, um operário, um pesquisador ou um turista curioso. Mas, talvez o caráter mais importante desta instituição, no qual está em jogo seu caráter realmente público, é o fato de que se trata de uma instituição sem condições: ninguém precisa apresentar nenhuma credencial para ser admitido, mas, em contrapartida, ninguém ganha um diploma ao sair. Poder-se-ia dizer que é uma instituição sem segundas intenções, na qual se lê desinteressadamente, onde a atividade da leitura é um fim em si mesmo. O acesso à cultura, enquanto um *bem comum*, não redundava numa apropriação privada, o saber está aí para o uso comum, mas permanece inapropriável.

O *bem comum* é o que dá forma e sentido à função pública. Por isso, nas instituições públicas não existem relações de dominação: ninguém vende sua força nem seu tempo de trabalho e ninguém tem o poder de comprá-lo, todos estão, com diferente grau de responsabilidade, subordinados ao *bem comum*. É a grandeza desse bem o que confere à atividade sua dignidade intrínseca, independentemente do lugar que cada pessoa ocupa na hierarquia funcional. Por isso, as instituições verdadeiramente públicas são estáveis e generosas, isto é, gratuitas, no mais alto sentido do termo. A remuneração financeira que recebem seus funcionários chama-se retribuição e não constitui, nem uma venda de força de trabalho, nem uma venda de um bem ou um serviço, mas um reconhecimento que visa, como no caso das profissões liberais, oferecer um meio de vida a quem ocupa esta função. O estatuto do funcionário público tem um duplo propósito: velar pelo bem-estar das pessoas que desempenham essa função, mas tem também, fundamentalmente, o papel de proteger o próprio *bem comum*.

A *scientia* como *bem comum* e inapropriável

Voltemos agora à questão da *scientia*. Como dissemos no início, o estatuto ontológico do conhecimento, isto é, a maneira em que este é concebido, foi historicamente decisivo para a forma que tomou a universidade e para o modo em que foi definido o trabalho universitário. Como souberam perceber os juristas medievais, o conhecimento é um dom divino que não pode ser transformado em mercadoria. Este princípio, formulado pelos canonistas medievais, deu forma à universidade ao longo da sua história. O modelo da universidade moderna, da universidade de pesquisa, idealizado por Humboldt no início do século XIX e que vigorou até as últimas décadas do século XX, ainda estava fortemente vinculado à ideia do conhecimento como *bem comum* indivisível e inapropriável. Humboldt acreditava que o ensino universitário devia estar baseado na pesquisa antes do que na tradição, mas a pesquisa a qual ele se referia não era uma pesquisa pautada pelo mercado, pelo contrário, no ideal de Humboldt, a pesquisa devia ser feita no marco de uma incondicional liberdade de espírito, com total independência de qualquer influência econômica, política ou religiosa, daí a sua ênfase nos princípios de *autonomia universitária* e *liberdade de cátedra*.

O mundo comum, do qual o conhecimento faz parte, é o lugar em que todos nos encontramos e no qual, podemos, por assim dizer, construir nossos pequenos domínios privados. Podemos possuir privadamente o exemplar de um determinado livro, mas não se pode possuir privadamente a escrita, nem a língua portuguesa, se assim fosse não poderíamos ter uma língua comum. Podemos possuir um tabuleiro de xadrez, mas não o xadrez enquanto tal. Para existir uma comunidade de amantes e estudiosos de xadrez, para existirem pesquisas e discussões sobre partidas famosas, para existirem escolas, associações, eventos de xadrez, em suma, para existir o mundo do xadrez, este deve permanecer como um *bem comum* e inapropriável. O mundo do xadrez não pertence a nenhum indivíduo, mas, pelo contrário, todas as pessoas que amam e cultivam este jogo, pertencem a este mundo, porque dele fazem parte.

As instituições públicas são basicamente aquelas instituições encarregadas de custodiar o mundo comum. Seguindo nosso exemplo anterior, poderíamos dizer que são aquelas que não trabalham para consolidar a propriedade que alguém tem sobre seu tabuleiro de xadrez, mas para manter aberto o acesso ao xadrez enquanto bem inapropriável. No caso da universidade pública, podemos dizer que ela não é a instituição responsável por assegurar a apropriação privada do saber por um indivíduo por meio da concessão de um diploma, nem por garantir aos empresários uma mão de obra qualificada, tampouco por fornecer patentes e informações para governos e empresas. O papel da universidade pública não é o de fornecer conhecimentos ao setor público ou privado, nem a de garantir sua repartição equânime entre os cidadãos, mas a de manter aberto o acesso e garantir o uso do conhecimento como um *bem público*. Seu papel é garantir que o xadrez, os números naturais, a tabela periódica dos elementos, a língua portuguesa ou a decodificação do genoma humano jamais possam ser propriedade exclusiva de ninguém. Isto quer dizer que o tipo de *justiça social* que deve ser procurada em relação ao

conhecimento, não pode estar baseado na repartição equitativa do bem comum entre os privados (justiça distributiva), mas em estabelecer com este conhecimento, por meio das instituições e dispositivos sociais que o custodiam, uma relação de uso não apropriativo.

A mercantilização do mundo e da universidade

Em seu famoso estudo *A grande transformação*, citado anteriormente, Karl Polanyi diz que nenhum povo poderia sobreviver demasiado tempo sem algum tipo de sistema econômico, porém, antes do século XIX, nenhum sistema econômico esteve organizado em torno aos mercados. O mercado, como instituição destinada a intercambiar mercadorias, existe desde finais do neolítico, mas nenhuma sociedade anterior à Inglaterra liberal do século XIX fez do mercado o centro da economia (Polanyi, 2021, p. 99). Na imensa maioria dos sistemas econômicos, a produção e distribuição de bens se organizava em torno de três princípios econômicos que nada tinham a ver com obter lucros financeiros através da compra e venda de mercadorias. Estes princípios eram a reciprocidade, a redistribuição e a autossuficiência (Polanyi, 2021, p. 103-113). Em outras palavras, antes deste período, existiram economias *com* mercado, mas de forma alguma, economias *de* mercado.

Mas, a afirmação mais reveladora de Polanyi a este respeito talvez seja a de que uma economia de mercado só pode operar em uma sociedade de mercado (Polanyi, 2021, p. 116). Isso significa que, quando a economia se organiza em torno do mercado, as demais instituições sociais acabam tomando o mercado como modelo para sua própria estruturação. Dessa forma, todas as coisas, independentemente de sua natureza ou função social, passam a ser vistas como mercadorias, e todos os indivíduos agem motivados, exclusivamente, pelo desejo de maximizar seus ganhos pessoais.

Desde finais da década de 1980, com a chegada do neoliberalismo, esta mercantilização do mundo que começou na Inglaterra no século XIX, não fez mais do que ampliar suas fronteiras, conquistando todos os cantos do planeta e todas as dimensões da vida. O mercado deixou de ser então uma parte da sociedade, uma instituição social entre outras, e se transformou num princípio estruturante da vida social em seu conjunto. Para o neoliberalismo, o mercado não é uma instituição social entre outras, mas uma imagem do cosmos, no qual estão compreendidas uma série de princípios e leis, como o da concorrência ou a da oferta e a demanda, tão constantes e necessárias quanto a lei da gravidade. Daí que o mercado passe a ser concebido como uma entidade autônoma, supranacional e hierarquicamente superior a qualquer outra, ao qual todas as instituições sociais deveriam estar subordinadas.

Uma sociedade de mercado se caracteriza, então, por uma transformação ontológica que faz com que todas as coisas apareçam para nós na forma de mercadorias, isto é, de objetos potencialmente lucrativos. Esta transformação ontológica se acelerou nos últimos 40 anos pela irrupção da tecnologia digital, permitindo a incorporação ao mercado de dimensões da vida que, até então, ficavam fora da órbita econômica e mercantil. O caso mais determinante para nossa análise é o do próprio conhecimento que, a partir de então,

passou a ser concebido como uma *commodity*, isto é, como uma mercadoria e um insumo fundamental do processo econômico e financeiro, daí a ênfase atual no âmbito universitário nos conceitos de inovação e produtividade. É esta mercantilização do conhecimento que coloca à universidade em contradição com a sua própria história e provoca uma completa desarticulação da docência e da pesquisa.

Quando o princípio da maximização do lucro, que está na base da mercadoria e da subjetividade mercantil, começa a se estabelecer como o único critério válido para pensar as relações, a sociedade se torna cada vez mais unidimensional. Houve uma época não tão distante, em que o mercado ainda era apenas uma parte do mundo e cada instituição social aparecia para nós sob uma luz própria. Uma igreja, um clube de futebol, um hospital, uma escola, um circo, um cemitério, eram capazes de abrir uma dimensão do mundo completamente diferente, o que fazia do mundo um lugar amplo e diverso. Cada uma destas instituições tinha a sua própria atmosfera, seus rituais, seu vocabulário, seu sentido. Mas, a sociedade foi achatando-se, tornando-se cada vez mais plana, mais unidimensional, as instituições ficaram mais parecidas, até serem reduzidas a uma única e mesma instituição: todas viraram empresas; empresas prestadoras de serviços de saúde, de serviços educativos, de serviços funerários. Todas elas precisam ser lucrativas, eficientes, inovadoras. Todas elas comercializam alguma coisa: a morte, o conhecimento, a doença, a diversão. Todos os papéis sociais foram subsumidos pelo empreendedorismo: médicos, militares, professores, artistas ou estudantes, todos precisam otimizar seu tempo, captar recursos, ser produtivos, ser ambiciosos, adaptáveis, resilientes, todos devem manter um perfil atualizado nas plataformas, conseguir seguidores, citações, visualizações, curtidas. A mercadoria é a categoria ontológica fundamental do nosso tempo. Isto significa que tudo o que aparece para nós o faz na forma de mercadoria e, inversamente, se algo não pode ser pensado como mercadoria, simplesmente, não aparece, não existe ou, por outras palavras, não tem valor. Tudo pode ser comprado e vendido, tudo deve ser aproveitado, otimizado, transformado em lucro. Isto coloca um problema fundamental em relação ao caráter público da universidade, pois, se toda instituição pública se organiza em torno de um *bem comum*, e este, pelo seu caráter indivisível e inapropriável, jamais pode ser pensado como mercadoria, então, no atual contexto, o *bem comum* se torna literalmente impensável e, portanto, inexistente. Quiçá essa seja a razão pela qual a justiça social só pode ser pensada atualmente em termos de um bem privado equitativamente repartido, mas não como bem comum indivisível.

A transformação do conhecimento em um bem privado, em uma mercadoria lucrativa, não só compromete o caráter público da universidade, esvaziando de sentido as noções tradicionais de *autonomia universitária* e de *liberdade acadêmica*, que até pouco tempo atrás estruturavam seu modo de ser, mas também tem uma influência decisiva sobre a natureza das atividades desenvolvidas por professores e professoras na universidade atual.

O trabalho universitário, que durante séculos resistiu a ser concebido como uma força de trabalho genérica que se compra e vende por horas no mercado; que manteve seu caráter estatutário, até mesmo frente as reformas tayloristas de inícios do século XX, hoje

parece indefeso diante da governança digital das plataformas. Se a revolução industrial desagregou os gestos da fabricação para que estes pudessem ser reproduzidos pelas máquinas e dessa forma transformou o trabalho estatutário dos artesãos medievais em força de trabalho, a revolução digital está desagregando os gestos do espírito para poderem ser reproduzidos pelos ordenadores. O resultado é a transformação da inteligência humana em uma nova mercadoria fictícia. A universidade, cuja matéria sempre foi o espírito humano, não poderia ficar indiferente à transformação do tempo e da atenção num produto mercantil.

Como já assinalou Jeremy Rifkin (Rifkin, 2000), nas últimas décadas se produziu uma transformação no âmago da economia de mercado a partir da qual o interesse do capital se deslocou da propriedade das coisas tangíveis para as intangíveis. O importante para os grandes capitais contemporâneos é possuir a propriedade e o controle de informações, ideias, imagens, fórmulas algorítmicas, dados, procedimentos tecnológicos e, sobretudo, o controle dos aparelhos financeiros. O capitalismo atual já não está formado por donos de empresas, mas por fundos de investimento transnacionais. As próprias empresas, em muitos casos, alugam seus galpões, escritórios e equipamentos de produção, terceirizam a mão de obra e subcontratam os serviços de uma infinidade de empresas menores. A infraestrutura física, outrora considerada um ativo importante, hoje é vista como uma carga desnecessária.

No plano dos intercâmbios mercantis, a compra e venda de produtos tangíveis, sobre os quais se tinha um direito de propriedade, está sendo substituída pela venda de memórias ou direitos de uso, ao tempo que o conceito de proprietário está sendo substituído pelo de usuário ou consumidor. A compra cede então seu lugar ao acesso sem propriedade. Isto quer dizer que o mercado deixou de ser um lugar onde as pessoas intercambiam propriedades, para ser um meio pelo qual se pode contratar o acesso a bens cuja propriedade permanece nas mãos das grandes empresas: já não temos discos, nem filmes, nem livros, mas os acessamos através das plataformas como Spotify, Mubi ou Netflix.

Nessa nova economia, os provedores ficam com a propriedade e cobram uma subscrição que permite aos usuários fazerem um uso temporário e de curto prazo. Segundo o economista grego Yanis Varoufakis (Varoufakis, 2024), essa nova forma econômica, na qual a compra e venda de propriedades é substituída pelo arrendamento, já não pode ser considerada capitalismo e seria mais adequadamente chamada de tecno-feudalismo. Assim como no feudalismo medieval, não se trata de uma economia baseada na ganância mercantil, mas no arrendamento de terras que, neste contexto, não são físicas, mas digitais. Plataformas como Google ou Apple funcionam mais como ecossistemas do que como produtos, criando novos feudos digitais, onde os antigos capitalistas, agora transformados em vassallos, continuam a comprar e vender mercadorias, como em Amazon ou Mercado Livre. Os novos servos digitais, por sua vez, são obrigados a "lavar as terras do senhor", como os produtores de conteúdo que alimentam plataformas como YouTube ou Instagram, ou os milhares de usuários que pagam repetidamente por serviços em plataformas como Spotify, Netflix ou Mubi, mas nunca possuem efetivamente o que compram.

O capitalismo se tornou intangível, efêmero e onipresente. O principal recurso a ser explorado por esta nova forma de capitalismo ou de pós-capitalismo já não é a força física, mais o tempo e a atenção das pessoas, em outras palavras, seu espírito. A aventura capitalista, que começou com a mercantilização de bens e a posse de propriedades, culmina hoje com a mercantilização do tempo e da experiência humana, nos diz Rifkin (Rifkin, 2000, p. 248). Neste novo contexto, a universidade passou a ser percebida pelos grandes capitais como parte de seu feudo e se transformou em uma espécie de usina mineradora de mais-valia cognitiva, uma fábrica de inovação.

A gestão meritocrática e a governança algorítmica

Os pesquisadores universitários já não constituem um corpo de estudiosos que, gozando de uma incondicional autonomia intelectual, desenvolvem sua tarefa sob a única coerção da verdade e da discussão pública, antes, constituem uma massa de trabalhadores intelectuais que alimentam plataformas de dados; servos que lavram incansavelmente as novas terras digitais. De fato, desde um ponto de vista formal, é difícil encontrar uma diferença substancial entre um pesquisador universitário e qualquer outro produtor de conteúdo. A universidade e o sistema nacional de pesquisa estão adotando para si a lógica algorítmica de toda plataforma social. Numa plataforma, quanto mais visualizações tem um conteúdo, maiores serão as chances de que o algoritmo exponha esse conteúdo para uma quantidade crescente de pessoas, de modo que, o conteúdo mais visto será impulsionado e se tornará cada vez mais visível e o conteúdo com menos visualizações se tornará progressivamente invisível. Este mecanismo gera, além de uma permanente sensação de instabilidade, uma urgência constante por ganhar visualizações, o que força aos produtores de conteúdo a tentarem adivinhar aquilo que o público gostaria de consumir, adaptando os assuntos e o formato ao que se imagina ser a demanda do momento. Este mecanismo acaba conduzindo não só ao empobrecimento e a padronização dos conteúdos e dos formatos, mas produz também um senso de urgência que leva a desconsiderar qualquer processo cujo retorno não seja de curtíssimo prazo.

Agora, bem, esta é exatamente a mesma lógica que segue, por exemplo, o “índice de impacto” adotado pelas agências de pesquisa para avaliar os periódicos acadêmicos e, conseqüentemente, a produtividade e a possibilidade de receber financiamento dos pesquisadores e pesquisadoras na universidade. Quanto maior for o “índice de impacto” de um periódico, isto é, quanto maior for o nível de citações que ele tiver, maior serão as chances do algoritmo mostrar os artigos daquele periódico para um maior número de usuários, que poderão vir eventualmente a citá-lo, elevando ainda mais seu índice. Essa lógica algorítmica transforma o ambiente acadêmico em um espaço instável, constantemente pressionado por um senso de urgência e imediatismo que desincentiva projetos de longo prazo. Nesse cenário, está sempre presente o esforço angustiante para se manter visível, evitar a perda de pontos, e a constante ameaça de diminuir a produtividade e, com isso, perder a fonte de financiamento.

Aquela universidade de outrora, concebida como uma instituição livre e independente da igreja, do estado e do mercado, cuja tarefa consistia na custódia do conhecimento enquanto *bem comum* inapropriável, nos últimos 40 anos foi sendo substituída por uma universidade que compreende a si própria como uma instituição encarregada de fornecer inovações tecnológicas e mão de obra qualificada para os mercados. Uma transformação deste tipo jamais teria sido possível sem a adoção de uma lógica e um vocabulário economicista, de cunho neoliberal, a partir do qual se dá nome e se atribuem sentidos ao fazer universitário.

Estas noções se apresentam como elementos apolíticos, estritamente técnicos, ligados ao melhoramento da eficiência na gestão. Muitas destas noções seguem a esteira do que no início do século XX se denominou a “gestão científica do trabalho”, cujos princípios agiam fundamentalmente sobre o controle do tempo e a organização racional dos gestos no processo produtivo. Tal é o caso do conceito de produtividade. A diferença da ideia de produção, que remete estritamente à criação de uma obra ou um produto manufaturado, o conceito de produtividade é, sobretudo, um dispositivo temporal. A produtividade faz com que todo produto se torne irremediavelmente efêmero. Na universidade contemporânea, as obras são contabilizadas a cada quatro anos, isso indica que o realmente importante não é que um pesquisador construa uma obra ao longo da sua carreira, mas que se mantenha trabalhando constantemente. Trata-se do princípio de obsolescência programada, neste caso, aplicada à produção intelectual. Os artigos com mais de quatro anos, sem dúvida, não perderam seu valor científico, mas já não podem ser intercambiados por financiamento; o que perderam foi seu valor de mercado. A produtividade é, como o consumo, um artifício por médio do qual a situação laboral dos pesquisadores e pesquisadoras se torna instável. O problema não radica na quantidade de produtos exigidos, mas no fato de que essa produção jamais se consolida na forma de uma obra. A exigência de produtividade é uma forma de expropriação, por meio da qual o pesquisador é obrigado a trabalhar incansavelmente numa obra que jamais se acumula. Sem obra possível, o único que resta é o puro trabalho, a força bruta de seu espírito. Se, como afirma Polanyi, a origem da sociedade de mercado deve ser procurada nos cercamentos dos campos (*enclosure*) por parte dos senhores e a conseguinte expropriação das terras comunais (*comuns*) (Polanyi, 2021, p.88), a origem da nova economia de mercado se encontra no cercamento digital e na expropriação do tempo, da atenção e a potência criadora do ser humano.

Repensar o caráter público da universidade implica repensar sua relação com o *bem comum*, o que nos coloca, necessariamente, fora do domínio do mercado, onde só existe o bem privado e o lucro individual. Mas isso implica desmontar boa parte do entramado de noções mercantis que parecem haver sequestrado à universidade. Para isso talvez seja necessário deixar de lado o pragmatismo acomodado que parece imperar em boa parte da comunidade acadêmica e atrever-se a imaginar, com autonomia e liberdade de espírito, uma universidade para além do mercado.

Não estamos negando que a universidade deva ter um papel importante em relação ao desenvolvimento tecnológico, nem sequer estamos negando que deva ter um papel em

relação à economia e a prosperidade da nação, o que gostaríamos de colocar em discussão é a subordinação da própria economia e, com ela, de todas as dimensões da vida, em especial da vida acadêmica, aos imperativos da produtividade e o lucro, à ameaça constante da escassez e à concorrência permanente. A adoção de tais princípios como elementos reguladores da sociedade está destruindo o planeta, degradando o tecido social e, no caso particular da universidade, estão reduzindo a universidade a uma versão estreita e mesquinha do que um dia soube ser.

Referências

AGAMBEN, G. *O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BARECNA, F.; LÓPEZ, M. V.; LARROSA, J. (org.). *Elogio do estudo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ILLICH, I. *El viñedo del texto: Etología de la lectura: un comentario al “Didascalicon” de Hugo de San Víctor*. México: Fondo de cultura económica, 2002.

MASSCHELEIN, J. Notas da universidade enquanto Studium: o lugar do estudo coletivo público. In: BÁRCENA, F.; LÓPEZ, M.; LARROSA, J. (org.). *Elogio do Estudo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2023. p. 193-220.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens política e econômicas de nossa época*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

RIFKIN, J. *La era del acceso: la revolución de la nueva economía*. Barcelona: Paidós Iberia, 2000.

SMITH, A. *Riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

SUPIOT, A. *El Trabajo ya no es lo que fue*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2022.

VAROUFAKIS, Y. *Tecno-feudalismo*. Barcelona: Ediciones Deusto, 2024.

WEIL, S. *La condición obrera*. Buenos Aires: el cuenco de plata, 2010.

Maximiliano Valerio Lopez

Professor de Filosofia da Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, Brasil. Atua na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), onde coordena o Núcleo de Estudos de Filosofia, Poética e Educação (NEFPE). Possui Graduação em Ciencias de la Educación pela Universidad Nacional de Cuyo - Argentina; Especialização em Ensino da Filosofia pela Universidade de Brasília; Mestrado e Doutorado em Educação, com ênfase em filosofia da educação, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.